CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 07/03/2023 - 05:56

Câmara recebe proposta de criminalizar misoginia

MÊS DA MULHER / Projeto protocolado na Câmara prevê punir com prisão e multa quem pratique, incite ou induza o ódio ao gênero feminino. Intenção é incluir a medida na Lei 7.716, que define delitos resultantes de preconceito de raça ou de cor

PL pretende tornar misoginia um crime

» TAINÁ ANDRADE

Com a visibilidade do mês da mulher, foi protocolado ontem, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei para incluir a misoginia — ódio ou aversão contra as mulheres — na Lei 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

O projeto define a misoginia como qualquer "manifestação que inferiorize, degrade ou desumanize a mulher, baseada em preconceito contra pessoas do sexo feminino ou argumentos de supremacia masculina". A intenção é punir com prisão e pagamento de multa quem pratique, incite ou induza o ódio direcionado ao gênero feminino.

"À medida que as sociedades foram evoluindo, as formas discriminatórias contra a mulher se tornaram mais refinadas e nem por isso menos inadmissíveis do que em tempos obsoletos. O repúdio às mulheres, às vezes com seus contornos diferenciados, mais ou menos ocultos ou disfarçados, persiste em situações de opressão de gênero, oriundas de um passado já bem remoto", diz um trecho da justificativa do projeto.

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG), que assina o PL, destaca haver, no documento, diferentes punições de acordo com a ação do agressor. A pena média é de um a três anos, que aumenta se for praticada por intermédio dos meios de comunicação social ou de publicação em redes sociais e triplica se a pessoa fizer parte de um grupo voltado à disseminação e à propagação de misoginia.

A parlamentar acredita que a correlação com o racismo vai facilitar o entendimento da maior parte das mulheres que ainda não teve contato com o termo. "Explicar um pouco mais o que é misoginia é fundamental. Quando diz que vamos equiparar o machismo ao que é o racismo percebi que as pessoas compreendem melhor", explicou Tonantzin. "Há uma escalada do conservadorismo, do ódio que, em momentos como esse, os corpos que já são vulnerabilizados são cada vez mais os alvos. Acreditamos que uma vez sendo crime, estamos dando o recado. É um recado também para o Judiciário, ao afirmar que o Legislativo está atento aos crimes (contra o gênero feminino) no Brasil."

O PL foi uma iniciativa da professora Valeska Zanello, do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UnB), que conseguiu alcançar o apoio virtual de 21 mil pessoas em cinco dias. "Vinha me incomodando muito nas pesquisas que realizo as queixas das mulheres sobre situações misóginas. A sensação de impotência, porque não sabiam a quem recorrer frente à violência de gênero que sofriam", contou.

A pesquisadora destacou que, assim como o racismo e a homofobia, esse é um crime histórico. "Isso está incrustado na nossa vivência como mulher, aqui você é lembrado o tempo todo de que você é mulher. A misoginia é tão cotidiana que a gente passou a relevar, e não tem, porque é violenta e afeta a saúde das mulheres. Criminalizar não é só penalizar, é educar também. É o Estado brasileiro dizendo que é inaceitável. A partir disso, pensar em outras ações", ressaltou.

> **Criminalizar não é só penalizar, é educar também. É o Estado brasileiro dizendo que é inaceitável"**
>
> **Valeska Zanello,** *professora do Departamento de Psicologia Clínica da UnB*

O texto passará pela Comissão da Mulher. Se aprovado, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No percurso, enfrentará uma Câmara mais conservadora, após as eleições do ano passado. No entanto, Tonantzin acredita que o fato de a misoginia ser um problema comum a todas as mulheres, o PL será bem-aceito.

Não é o que pensa, por exemplo, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP). Ela classificou de "sensível" tipificar a prática como um crime. "O Novo não vai por essa linha. A gente acha que já tem calúnia, difamação. Tudo que passa pelo limite da fala fica muito subjetivo, é muito complicado tipificar isso. Também tem uma linha muito tênue entre isso e liberdade de expressão", argumentou.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Dandara Tonantzin: "Quando diz que vamos equiparar o machismo ao que é o racismo percebi que as pessoas compreendem melhor"

Na batalha contra a violência política

» TAÍSA MEDEIROS

A violência política contra as mulheres pode se manifestar em diversos níveis, como assédio, silenciamento, colocação de empecilhos para a atuação profissional. O Brasil dispõe de algumas ferramentas para combatê-la, como a cota feminina nas eleições, cujo intuito é abrir mais espaço para que elas ocupem cargos de poder. No entanto, uma vez no Legislativo, muitas se deparam com obstáculos impostos pelo machismo institucional.

A aproximação do Dia da Mulher traz a reflexão dos desafios vivenciados por eleitas pelo voto popular e que, mesmo assim, parecem ter seu direito de trabalhar por suas causas constantemente questionado.

A vereadora Mariana Silva Calsa (PL), de Limeira (SP), contou que a primeira dificuldade na vida política foi conseguir um partido. Apenas uma legenda aceitou sua filiação e candidatura. A parlamentar também notou uma diferença no valor que recebeu de Fundo Eleitoral: o equivalente, em média, a 1/4 do que seus colegas tiveram acesso durante a campanha.

Mariana viu, nos primeiros anos do mandato, as colegas vereadoras terem dificuldade em pautar seus projetos de lei pelo simples fato de serem mulheres. "Isso é uma violência política e institucional que impede as colegas de exercerem as suas funções que foram escolhidas pelo povo", criticou.

Apesar das resistências, ela não pensa em retroceder. "Desistir significa entregar as decisões da minha cidade para outras pessoas, e nós somos agredidas justamente com esse objetivo, para que a gente se retire dos espaços de poder. Isso não vai acontecer", frisou.

Como mulher negra, Iza Vicente (Rede), vereadora de Macaé (RJ), nota julgamentos sobre fatores que nada têm a ver com sua atuação, como a aparência ou as roupas. "Mulheres da política, lidamos constantemente com interrupções de nossas falas, dificuldade de nos reunirmos com outros homens para conseguir deliberar sobre questões importantes de projetos políticos e sociais", disse. "Também existe muito julgamento pela aparência. Se somos magras, somos julgadas, se estamos gordas, estamos sendo julgadas. O nosso corpo acaba sendo uma pauta política de credibilização ou não da nossa atuação pública", desabafou.

Idade certa

Lohanna França (PV), deputada estadual de Minas Gerais, percebe que as críticas são ainda mais severas quando os projetos pautados por ela têm foco social. "Por exemplo, projeto da dignidade menstrual, da saúde integral das pessoas LGBTQIA+. Tudo aquilo que a gente pensa um pouquinho fora da caixa é suficiente para virem homens mais velhos, mais bem colocados politicamente, e chamarem a gente de menina, tentar descredibilizar", afirmou. "A gente é sempre muito jovem, ou então a gente é muito velha. E o que dá para perceber é que não existe idade certa, porque a idade certa é a idade do homem."

A advogada constitucionalista e mestre em direito público Vera Chemim vê as políticas de gênero como o começo de uma batalha. "É o início de uma luta constante para que elas se imponham em face dos homens e façam prevalecer as suas opiniões e iniciativas no que diz respeito ao ambiente político, em qualquer esfera de governo (federal, estadual e municipal).

Para Vera, os desafios enfrentados pelas parlamentares são a constatação do machismo estrutural, "que ainda insiste em protagonizar a cena política, social, econômica e cultural brasileiro".

As vereadoras e a deputada citadas na reportagem fizeram parte do RenovaBR, uma escola de formação de lideranças políticas, justamente com objetivo de construir a renovação dos espaços de poder. "É fundamental incentivar a participação de mais mulheres na política, mas só encorajar não é suficiente. É preciso potencializar as condições, seja através de formações, de trocas de experiências em redes estruturadas de apoio, de acesso ao financiamento partidário e eleitoral e da ocupação dos espaços de poder nos partidos", enfatizou a CEO do RenovaBR, Patrícia Audi.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.